

A COMUNIDADE ESCOLAR COMO PROTAGONISTA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

SCHOOL COMMUNITY AS PROTAGONIST IN PREVENTION OF VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS

CARIN OTILIA KAEFER*
ELISETE SOARES TRAESEL**
CARLA LIZANDRA FERREIRA***

RESUMO

Através de um projeto de extensão interdisciplinar, do Centro Universitário Franciscano, voltado à prevenção da violência contra a criança e o adolescente desenvolvido junto a uma comunidade escolar, constatou-se a grande vulnerabilidade social de crianças e adolescentes inseridos na comunidade onde esta escola está situada, bem como a carência de informações, desconhecimento das formas de identificação, de encaminhamento e de enfrentamento da questão. Assim, foram realizados grupos e oficinas com professores, famílias, crianças e adolescentes vítimas de violência ou em situação de vulnerabilidade social, bem como interlocução com a rede de proteção. Verificou-se que a prevenção da violência contra a criança e o adolescente é possível a partir do engajamento da rede de proteção e do comprometimento dos profissionais que atuam na área da infância e juventude, dando visibilidade à questão e construindo coletivamente ações de prevenção e combate à violência. A escola constitui-se em um espaço de grande potência na transformação desta realidade.

Palavras-chave: Prevenção da violência contra a criança e o adolescente; Comunidade escolar; Vulnerabilidade social; Rede de proteção.

ABSTRACT

Through an interdisciplinary extension project of the Centro Universitário Franciscano, aimed at preventing violence against children and adolescents developed next to the school community, it was identified the great social vulnerability of children and adolescents placed in the community where this school is located, as well as the lack of information, ignorance of identification forms of providing guidance and dealing with this issue. Thus, we have carried out group work and workshops with teachers, families, children and adolescents victims of violence or in social vulnerable situation, as well as communication with the child protection network. It was confirmed that the prevention of violence against children and adolescents is possible through the engagement of the safety net and the commitment of professionals working in the area of childhood and youth, giving visibility to the issue and building collective actions to prevent and combat violence. The school is an area of great power to transform this reality.

Keywords: *Prevention of violence against children and adolescents; School community; Social vulnerability; Child protection network.*

* Mestre em Serviço Social, professora do Centro Universitário Franciscano.

** Mestre e doutoranda em Psicologia Social e Institucional, professora do Centro Universitário Franciscano.

*** Mestre em Enfermagem, professora do Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

Com o presente artigo, propõe-se retomar os diferentes tipos de violência contra a criança, construindo uma reflexão acerca do tema cidadania e violação dos direitos da criança e adolescente. Além disso, objetiva apresentar os resultados de uma intervenção desenvolvida a partir do projeto de extensão, “O construir interdisciplinar e a prevenção da violência contra a criança e o adolescente”. Dentre as ações advindas desse projeto, incluem-se a identificação das formas de violência contra a criança e adolescente, seu encaminhamento e devido trabalho com a comunidade escolar e família das vítimas para enfrentamento dos casos de violência de qualquer natureza. Vale destacar, ainda, que o projeto desenvolvido nos anos de 2008 e 2009 teve como cenário uma escola municipal do interior do estado do Rio Grande do Sul e envolveu a comunidade escolar, a família das crianças, professores e bolsistas dos cursos de Psicologia, Serviço Social e Enfermagem do Centro Universitário Franciscano.

Segundo Cesca (2004), os estudos sobre violência, suas causas e consequências tornaram-se vitais para a sobrevivência da humanidade, a fim de se construírem alternativas para um futuro mais promissor. A autora afirma que o desconhecimento e temor da sociedade, no que se refere à violência intrafamiliar, somados a outros fatores, levam a comunidade a evitar o olhar sobre este fenômeno, o que culmina em sua proliferação crescente. Assim, considera-se fundamental dar visibilidade à questão para que sejam construídas, coletivamente, soluções e formas de enfrentamento desta problemática.

Com este intuito, foi desenvolvido o referido projeto de extensão por meio do qual vários profissionais buscaram instrumentalizar e capacitar a comunidade escolar, para a prevenção da violência contra a criança e o adolescente, pois entende-se que a violência sofrida pelas crianças e adolescentes pode ser identificada, enfrentada e prevenida através da escola.

A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A REDE DE PROTEÇÃO

Toda a sociedade é responsável por garantir que crianças e adolescentes desenvolvam-se livres da violência: “(...) é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (...)” (BRASIL, 1990, p. 18-19). Dessa forma, torna-se um compromisso ético dos profissionais que trabalham na área de ciências humanas e da saúde, a atuação como mediadores do processo de reflexão sobre a violência e formas de enfrentamento. Portanto, é importante que o profissional que trabalha com esta problemática tenha uma visão de totalidade, ou seja, não fique restrito à vítima e ao agressor que, para o processo judicial, são as partes relevantes, mas também que se volte à família e à comunidade, ampliando o foco de observação, análise e intervenção.

Segundo Cesca (2004), é fundamental que os profissionais que atuam neste contexto estejam abertos para trilhar novos caminhos, construindo novas alternativas que promovam a superação da violência. Assim, justifica-se a importância da realização de pesquisas que permitam investigar as causas da violência,

fundamentando um efetivo trabalho em equipe, saindo de uma posição de impotência para o planejamento e implementação de propostas de intervenção, que levem em consideração a complexidade do problema e visem à promoção de cidadania. Além disso, a promoção dessas ações referem-se ao compromisso de “incentivar, orientar, esclarecer e sensibilizar a população a incluir a criança e o adolescente no mundo dos direitos e deveres, do respeito aos valores sociais e humanos” (RIBEIRO, 2010, p. 61).

Couto (2004) acrescenta que a compreensão do movimento que constrói os direitos sejam eles civis, políticos ou sociais, torna-se fundamental para pensá-lo como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais.

Nesta direção, o Brasil ocupa uma posição de vanguarda no ordenamento jurídico da problemática infanto-juvenil, realizado com base em uma participação popular sem precedentes na história da assistência às crianças. A partir dela, o Brasil pretendeu garantir a crianças e adolescentes, de qualquer origem social, uma série de direitos fundamentais, com absoluta prioridade (PILOTTI; RIZZINI, 1995).

Entendendo a importância das políticas no resgate da cidadania de crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma das legislações mais avançadas do mundo, com leis que preconizam a proteção das crianças e adolescentes, contribui para um olhar mais atento a estes sujeitos ainda em desenvolvimento físico, social, biológico e moral.

O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Assim sendo, é dever

da família, da comunidade, da sociedade e do poder público proporcionar às crianças e aos adolescentes, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Contudo, na prática, é observado que nem sempre essas leis são cumpridas, talvez por ainda existir uma forte relação de poder do adulto em relação à criança e ao adolescente, que os torna inferiorizados e sem chances de se proteger. Além disso, a falta de operacionalização das políticas públicas existentes causa desarticulação da rede de proteção que consiste no envolvimento e compromisso das instituições, na garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Há serviços fragmentados e um desconhecimento da sociedade com relação às atividades realizadas pelas instituições existentes. Para que as instituições que atendem crianças e adolescentes possam cumprir a função de proteção integral, é importante que elas estejam articuladas entre si para a constituição de uma rede de serviços de atenção efetiva. Segundo Faleiros (2001), as redes não são invenções abstratas, mas partem da articulação de atores/organizações-forças existentes no território para uma ação conjunta multidimensional, com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada. Ou seja, o atendimento em rede significa uma construção articulada, que envolve a participação de todos os atores envolvidos.

Para Türck (2001), trabalhar em Rede Social é, antes de tudo, construir um processo de cidadania, pois as redes buscam não só a

identidade, mas a resistência, a alternativa de ações em consonância às necessidades dos sujeitos. Sendo assim, o resgate da cidadania se efetiva por intermédio da rede de proteção, que tem como objetivo fortalecer o processo participativo pois entende-se que a rede social é uma ferramenta de intervenção social, construída coletivamente.

Faleiros (2001) define Redes de Proteção de Crianças e Adolescentes como um conjunto social constituído por atores e organismos governamentais e não governamentais, articulado e constituído com o objetivo de garantir os direitos gerais ou específicos de uma parcela da população infanto-juvenil.

Assim, quando não há o cumprimento da lei, não se pode atribuir a culpa somente à Justiça, pois “(...) a lei é o ponto final de uma rede de ações que a sociedade e o Estado têm que realizar, articuladamente (...)” (CECCON, 2000, p. 6). Portanto, é necessário que os profissionais conheçam as instituições, suas atribuições, funções e a forma de acessá-las, para um atendimento satisfatório na busca da proteção integral, considerando que a efetivação dos direitos da criança e adolescente, isto é, a concretização dos aspectos legais do ECA só é possível mediante a aplicabilidade das redes sociais.

Salienta-se, ainda, que a questão da violência está relacionada a fatores de ordem pluricausal e não pode ser abordada a partir de uma visão reducionista que coloca a culpa ora na criança, ora na família, sem refletir e agir sobre os demais fatores interatuantes que atravessam sua história individual e coletiva. O agravamento da desigualdade social, aliada à ausência de informações, bem como ao desconhecimento dos direitos, dificultam a

garantia do exercício de cidadania dos sujeitos subalternizados.

Bazon (2008) aborda a violência estrutural atrelada às condições de vida de crianças e adolescentes, pontuando que ela advém de questões históricas, econômicas e sociais que culminam em uma situação de vulnerabilidade em seu crescimento e desenvolvimento e que prolifera pela precariedade das políticas públicas.

A exclusão socioeconômica é visível na realidade de crianças da comunidade escolar estudada, bem como de suas famílias, em que a dificuldade ao acesso a bens e serviços assistenciais, de saúde, habitacionais, entre outros fazem parte do seu cotidiano. Localizada, aproximadamente, a 8 km do centro de uma cidade de porte médio do interior do estado do Rio Grande do Sul, é uma das regiões mais vulneráveis do município, com cerca de 5.000 famílias, num total de 25.000 pessoas.

Há vulnerabilidade social pela falta de acesso aos direitos inerentes à condição humana, havendo uma reprodução destes fatores no contexto comunitário local, dificultando a inserção social destes sujeitos.

A situação de vulnerabilidade, seja social ou pessoal das crianças, adolescentes e de suas famílias, perpassa, assim, o contexto histórico, econômico, cultural, político, psicossocial e jurídico em que a sociedade está estruturada.

METODOLOGIA

A equipe do projeto de extensão “O construir interdisciplinar e a prevenção da violência contra criança e o adolescente” realizou, ao longo de dois anos (2008 e 2009), atividades com as crianças da turma de turno integral

de uma escola municipal na região oeste do município de Santa Maria, bem como com seus familiares e professores.

Para a realização do projeto, primeiro, construiu-se um diagnóstico da realidade, para depois serem sugeridas intervenções efetivas. Segundo Gandin (2009), o diagnóstico proporciona um desvendar da realidade, retrata um recorte do tempo vivido pelos sujeitos e seus cotidianos e apresenta suas vivências, projeções e perspectivas futuras. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os profissionais tentam identificar a realidade existente e descrevê-la através de uma contextualização dos fatos, devem proporcionar alternativas de superação e melhorias na qualidade de vida deste segmento.

O diagnóstico foi feito semanalmente pelo turno da tarde, através de observação participante nas oficinas lúdicas realizadas em sala de aula com as crianças e através de entrevista focalizada sobre a temática da violência, em reuniões com pais e professores. Segundo Minayo (2007), a entrevista focalizada consiste na proposição de um tema e destina-se a esclarecer um determinado problema.

Quanto às oficinas com as crianças, consistiram na proposição de atividades tais como, recorte, colagem, desenho, pintura, modelagem, construção, jogos e brincadeiras, colocando o material à disposição para o grupo de crianças criarem e interagirem livremente, enquanto os membros do projeto realizavam uma aproximação da realidade, através da observação participante.

De acordo com Minayo (2007), a observação participante é parte fundamental da pesquisa qualitativa, pois possibilita a compreensão da realidade. Segundo a

autora, o observador faz parte do contexto, interferindo nele, bem como sendo modificado por ele. Assim, neste método, a aproximação dos interlocutores, longe de ser um problema é uma virtude, sendo que, através deste processo, o pesquisador social relativiza o espaço social do qual é proveniente, aprendendo a colocar-se no lugar do outro.

A partir do diagnóstico brevemente referido, iniciaram-se as atividades intervencionistas com a finalidade de atender as demandas levantadas que são abordadas na seção Resultados. As técnicas de intervenção utilizadas foram: palestras, oficinas e grupos de escuta coletiva com professores, oficinas com as famílias e grupos terapêuticos com as crianças.

Com as crianças, foram constituídos dois grupos terapêuticos, ou seja, de escuta coletiva e apoio psicológico, com periodicidade semanal e com, no máximo, cinco participantes cada, conduzidos por um professor-psicólogo do curso de psicologia e uma bolsista do referido curso. Os participantes foram definidos em conjunto com a equipe diretiva da escola, tendo em vista o seu conhecimento sobre as situações de violência e sinais de maus-tratos aos quais estas crianças estiveram expostas. A finalidade principal do grupo foi oportunizar o exercício da palavra, do brincar e da ação enquanto sujeitos com suas especificidades e possibilidades, respeitando sua história singular (VOLNOVICH; HUGUET, 1995).

Volnovich e Huguet (1995) afirmam que o grupo com crianças permite uma visão diferenciada acerca de muitos propósitos do ser humano, na conquista de sua individualidade por meio da intersubjetividade. Conforme Sigal (1989), através do grupo,

as crianças reproduzem as diferentes situações que passam em relação ao lugar que ocupam, em especial, no que se refere às relações e conflitos familiares. Sendo assim, é através das diferentes posições e papéis que esta criança ocupa dentro do grupo, das transferências e das interpretações feitas, que é possível para ela identificar-se ou modificar-se, dando um novo significado às suas vivências e descobrindo seu lugar na família, na escola e na sociedade. Dessa forma, acredita-se que o trabalho com grupos pode constituir um importante instrumento em sua articulação com a dimensão social da saúde (CALDERONI, 2009).

As oficinas com os pais ocorreram através de encontros mensais com a finalidade de sensibilizar para a questão da violência e seus efeitos, bem como despertar para outras vias e possibilidades de expressão e relacionamento com seus filhos, buscando, ainda, reflexão sobre o contexto em que ocorre a banalização da violência. Esses encontros mensais foram realizados por meio de discussões e explicações realizadas pelos professores participantes do projeto.

As oficinas com professores tiveram periodicidade semanal, sendo coordenadas por um profissional do curso de Psicologia e um do Serviço Social, com acompanhamento de dois bolsistas, um de cada curso. Foram realizados oito encontros semanais com trinta professores, tendo duração de 1 hora e 30 minutos cada encontro. Os assuntos desenvolvidos foram selecionados em conjunto com os professores, de acordo com suas necessidades, dúvidas e acontecimentos do seu cotidiano escolar.

Foram, ainda, desenvolvidos pelo curso de psicologia, grupos de escuta coletiva com

os docentes, baseado na metodologia da psicodinâmica do trabalho (DEJOURS, 2004). Estes grupos tiveram o intuito de possibilitar um espaço de discussão sobre suas vivências relativas às situações de violência.

Segundo Dejours (2004), é fundamental o espaço de discussão no qual o grupo relata suas vivências de prazer e sofrimento, dando visibilidade aos seus esforços, em busca da superação dos desafios do cotidiano de trabalho, compartilhando dúvidas, vitórias e fracassos e buscando coletivamente estratégias de solução para os problemas. A partir dessa abordagem, os trabalhadores saem do individualismo e da solidão, que levam ao adoecimento e constroem juntos, saídas e propostas criativas que tornam o trabalho mais saudável, dando sentido ao sofrimento.

Salienta-se, ainda, que todos os participantes dos grupos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que a participação das crianças e adolescentes foi autorizada por seus pais ou responsáveis.

Além das ações acima citadas, realizaram-se encaminhamentos à rede socioassistencial para garantir o acesso aos direitos sociais da criança e do adolescente, bem como para atendimento aos aspectos psicológicos envolvidos. Foram, ainda, convidados para interagir com o grupo de professores, representantes da rede de proteção à criança e ao adolescente, como o ACOLHER e o CRAS. Além disso, houve incentivo à participação de encontros no CRAS/OESTE, com os conselheiros tutelares, agentes de saúde, profissionais representantes das escolas locais, representantes do posto de saúde, entre outros.

Dessa forma, através do projeto, desenvolveram-se intervenções por meio de oficinas, palestras, grupos de discussão com professores, grupos terapêuticos com alunos e, ainda, participação em atividades de integração social com alunos, professores e funcionários da escola, contando com a ajuda da rede de proteção em articulação com a rede acadêmica.

RESULTADOS

Através do primeiro contato com a realidade das crianças, no período de diagnóstico, identificaram-se os sinais de maus-tratos, situações de negligência, abandono, precárias condições de vida e falta de estruturação familiar. Além disso, constatou-se que, para essas crianças, a escola tornara-se uma referência fundamental, sendo, para muitas delas, a única minimamente estável.

Os direitos sociais foram garantidos a toda população na Constituição de 1988, porém o que se identifica é que a maioria das crianças e adolescentes não têm as suas necessidades básicas atendidas, tais como: vestuário, alimentação, saúde, habitação, educação formadora de sujeitos críticos e participativos na comunidade.

No que se refere às condições dessas crianças, foi possível identificar a restrição de afeto e carência no cuidado de si, incluindo uma ausência de saúde ou saúde precária. Esta é também de extrema importância, pois causa desconforto, insegurança, inversão de valores, gerando ainda mais violência.

Identificou-se, durante as atividades com as crianças, que os maus-tratos mais vivenciados foram a violência física,

psicológica e a negligência, sendo que, dos três tipos de violência destacados acima, a física foi a agressão mais mencionada e, em alguns casos, a mais evidente.

De acordo com Azambuja (2004), existe abuso, violência contra uma criança ou adolescente, quando este é submetido, com ou sem resistência, ao desejo de uma pessoa mais forte. Além disso, ao se concretizar esse ato, ele passa a ser extremamente marcante às vítimas e interfere em todo o seu processo de desenvolvimento, podendo ocorrer atrasos e provocar vivências traumáticas.

Segundo Silva (2002), o abuso e a violência física consistem em atos de agressão praticados pelos pais ou responsáveis, que podem variar de uma palmada até o espancamento, causando marcas físicas, psíquicas e afetivas, podendo provocar fraturas, hematomas, queimaduras e, inclusive, causar a morte.

Já a violência psicológica, segundo Ribeiro (2010 p. 83), diz respeito à “rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito à criança e/ou adolescente”. As punições e castigos extremos vêm acompanhados deste tipo de violência.

O abuso sexual configura-se como o mais difícil de ser diagnosticado. Entretanto, foram levantadas algumas suspeitas que possibilitaram uma avaliação mais individualizada de cada caso, para posterior encaminhamento.

Muitas crianças e adolescentes, devido a estas situações de violência, pobreza e negligência social, apresentaram dificuldades escolares na aprendizagem, nas relações com os professores e entre alunos, assim como dificuldades iniciais no relacionamento e na

formação de um vínculo de confiança com os próprios profissionais envolvidos na pesquisa. Como afirmam os autores abaixo, pode-se verificar que o desempenho escolar insatisfatório das crianças e adolescentes está estreitamente relacionado à violência e à privação de necessidades básicas dos seres humanos.

O fracasso escolar está, pois, intrinsecamente relacionado à questão das classes sociais expressando-se principalmente, na escola pública, cenário que revela quotidianamente a ausência de investimentos e atenção dos governos no trato da política educacional (AMARO; BARBIANI; OLIVEIRA, 1997, p. 8).

Durante o desenvolvimento do projeto, constatou-se, ainda, um desconhecimento dos professores no que é relativo aos tipos de violência, suas formas de identificação, enfrentamento e encaminhamento dos casos. Nessa direção, Vagostello et al. (2003) verificaram, em pesquisa realizada com escolas, que os professores apenas convocam e orientam os pais, não acionando órgãos competentes para solucionar os problemas, o que se torna uma medida ineficiente, tendo em vista a complexidade da questão, podendo, inclusive, induzir ao agravamento da situação.

Constatou-se que o ciclo da violência está fortemente ligado ao relacionamento afetivo entre pais e filhos e muitas crianças e/ou adolescentes sentem-se ameaçados, negligenciados, abandonados, não encontrando motivos no seu próprio ambiente para acreditar que são importantes para a sociedade.

Assim, foi desenvolvida a instrumentalização dos profissionais da escola e a discussão com os mesmos como mediadores fundamentais à desnaturalização e ao enfrentamento da questão

da violência e suas consequências, bem como a sua prevenção. Esta instrumentalização ocorreu através de atividades informativas, de esclarecimento, reflexão e discussão acerca do contexto da violência.

No que se refere aos grupos de escuta e apoio psicológico com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, considera-se que estes abriram espaços para práticas de liberdade e autonomia, quebrando laços perversos.

Sabe-se que a questão da violência está relacionada a fatores de ordem pluricausal, assim, esta problemática não pode ser reduzida a questões individuais, de ordem meramente psicológica, pois estas crianças e adolescentes encontram-se em situação de vulnerabilidade por questões de ordem social associada a uma relação patriarcal de poder e controle (SAFFIOTI, 2001). Entretanto, considera-se que a escuta em grupo de crianças e adolescentes faz-se fundamental com o intuito de abrir espaços de expressão e construção de possibilidades de autoria e de criação, ou seja, espaços de saúde e superação no que se refere às situações de violência e suas implicações.

Segundo Broide (2009), em função do medo que atravessa as relações, há uma obturação da palavra e, na sua ausência, o conflito não pode ser simbolizado ou resolvido, fazendo proliferar o circuito de agressão e violência. Assim, a circulação da palavra, através da escuta em grupo, possibilita que os vínculos sejam reconstituídos e sejam inventadas novas formas de vida. Em suas pesquisas de intervenção em grupos com jovens em situação de violência, o autor constatou que “as palavras, carregadas de significado, abriam outras redes de associações e geravam

possibilidade de conhecer, de compartilhar o desamparo [...]” (BROIDE, 2009, p. 121).

No entanto, acredita-se que não basta apoiar psicologicamente as crianças, sem refletir com os pais sobre o seu papel e responsabilidade no que se refere à reprodução contínua da violência. Dessa forma, as oficinas com os pais promoveram o despertar para a questão da violência, sua banalização e seus efeitos, mostraram também outras possibilidades de relacionamento com os filhos e sensibilizaram-nos para a importância dos laços afetivos e da proteção da família, pois se entende que o afastamento da família deve ser a última alternativa, tendo em vista que o objetivo primordial é a restauração dos vínculos afetivos.

Assim, faz-se fundamental o investimento nos laços familiares como forma de enfrentamento à questão da violência. Neste sentido, a partir dos relatos dos pais participantes das oficinas, foi possível constatar que estas promoveram a produção de outras vias possíveis de enfrentamento das condições de vida, na construção de estratégias mais saudáveis para o processo de educação e relacionamento com os filhos. Entretanto, infelizmente, não foi possível alcançar todas as famílias, pois muitos pais não participaram dos encontros propostos.

Quanto aos professores da escola, constatou-se que a violência é algo constante em seu cotidiano. Em decorrência disso, eles passaram a conviver com sentimentos de impotência, revolta e profundo sofrimento, o que os leva, por vezes, a banalizar ou reproduzir a violência, gerando, ainda, profundos agravos em sua saúde.

Portanto, o trabalho com os docentes foi relevante para a superação da naturalização

da violência e para acesso à rede de proteção à criança e ao adolescente vulnerável socialmente, assim como para a construção coletiva do saber lidar com a violência na escola, discutir, olhar as situações em todas as suas facetas e perspectivas e buscar coletivamente as soluções.

Constatou-se que houve avanços do corpo docente, no que se refere ao esclarecimento complexo do que é a violência e como esta deve ser enfrentada para prevenir futuras violações, bem como sobre os procedimentos para encaminhamento destas questões. Em cada encontro, geraram-se muitas inquietações, debates e esclarecimentos de dúvidas, além do compartilhar de vivências e sentimentos, levando a uma reflexão por parte dos profissionais envolvidos nesse trabalho e a uma reapropriação de seu papel, bem como a superação do sentimento de impotência, além de promover visibilidade e reconhecimento ao seu fazer junto a estas crianças e adolescentes.

O grupo e as oficinas com os professores constituíram, assim, espaços de convivência, visando à reflexão sobre o papel do professor, a elaboração e ressignificação do sofrimento relativo ao atendimento a estas crianças e à complexidade de suas condições de vida. Além disso, foi abordado nesse espaço, o enfrentamento coletivo e encaminhamento e resolução criativa de questões relativas à violência que se manifesta no contexto escolar. Os integrantes do grupo eram professores do turno da manhã que participaram do mesmo por livre adesão.

No que se refere ao trabalho com os professores, Amaro, Barbiani e Oliveira (1997, p. 24) citam que “[...] a escola é o

lugar em que cada vez mais os sintomas da violência contra a criança são expressos [...]” e afirmam que é necessário capacitar professores e funcionários das escolas no sentido de proteger, zelar pela dignidade e pela privacidade de crianças vítimas de abuso.

Para finalizar, faz-se importante salientar que este projeto de extensão não constitui uma ação isolada, mas sim uma ação interdisciplinar inserida em uma proposta ampla de prevenção. Assim, pretende-se dar continuidade e aprofundamento a estas ações, em um processo crescente de instrumentalização da comunidade escolar construindo, coletivamente, possibilidades e formas criativas de superação e enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é o lugar privilegiado de interação da criança e do adolescente. É neste contexto, em conjunto com o ambiente familiar, que eles vão se desenvolver e construir seu conhecimento, autonomia e subjetividade. Assim, a escola constitui uma importante referência tendo poder tanto para reproduzir e perpetuar a violência, como para construir ações em rede que promovam sua diminuição.

Dessa forma, acredita-se na importância da interdisciplinaridade nas propostas de ação voltadas à questão da violência e suas formas, sendo a escola o lugar onde há potência de transformação da realidade.

Salienta-se que a intervenção aplicada por meio deste projeto de extensão está inserida em uma proposta ampla de prevenção, envolvendo toda comunidade escolar e a rede de atenção à criança e ao adolescente, buscando potencializar todas as formas de

acolhimento e enfrentamento da situação, a partir da construção coletiva de soluções rumo à promoção de cidadania.

Portanto, projetos semelhantes ao que foi desenvolvido e relatado neste artigo sempre são bem-vindos à escola, pois primam por amenizar e solucionar problemas crônicos de ordem social, de forma interdisciplinar, em um espaço rico em possibilidades, desde que sejam executados de forma sistemática e contínua, primem pela comunhão de esforços e capacitem os agentes locais para dar continuidade às ações propostas, valorizando e colocando em ação o saber de toda comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

AMARO, S. T. A.; BARBIANI, R.; OLIVEIRA, M. C. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997. p. 8 e p. 24

AZAMBUJA, M. P. R. Violência doméstica contra crianças: uma questão de gênero? In STREY, M.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 259-290.

BAZON, M. R. Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notificações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 323-332, fev. 2008.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, julho de 1990. p. 18-19.

- BROIDE, J. **Psicanálise**: nas situações sociais críticas. Violência, juventude e periferia: em uma abordagem grupal. Curitiba: Juruá, 2009.
- CALDERONI, M. L. M. B. A potência singular da psicanálise grupal. **Percorso**, São Paulo, n. 43, dez., 2009.
- CECCON, Claudius (Coord.). **Construindo o futuro**: ação e articulação pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
- CESCA, T. B. O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 41-46, set./dez., 2004.
- COUTO, B. R. **O Direito social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.
- DEJOURS, C. Addendum. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Orgs.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 47-104.
- FALEIROS, V. D. P. **Estratégias em Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GANDIN, D. **A Prática do Planejamento Participativo**. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.
- RIBEIRO, M.N. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**: a realidade velada e desvelada no ambiente escolar. 6. reimpr. Curitiba: Juruá, 2010.
- SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Campinas: **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.
- SIGAL, A. M. Psicanálise, grupos e instituições. **Percorso**, São Paulo, v. 2, 1989.
- SILVA, L.M.P. (Org.). **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Recife: EDUPE, 2002.
- TÜRCK, M. G. M. G. **Rede interna e rede social**: o desafio permanente na teia das relações sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- VAGOSTELLO et al. Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo. **Paidéia**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 191-196, jul./ dez., 2003.
- VOLNOVICH, J.; HUGUET, C. R. (Orgs.). **Grupos, infância e subjetividade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

